

BENASSI, C. A. Ensino de escrita de língua de sinais: disparidades no chamado processo de inclusão. **Revista Falange Miúda (ReFaMi)**, v. 3, n. 1, jan.-jun., 2018.

ENSINO DE ESCRITA DE LÍNGUA DE SINAIS

Disparidades no chamado processo de inclusão

Claudio Alves Benassi

RESUMO: A Língua Brasileira de Sinais (Libras) vem sendo discutida academicamente desde a década de 80 do século XX. Por força de Lei, a mesma foi inserida no currículo da formação de diversos tipos de profissionais. No entanto, apesar de inserida, pesquisada e debatida em diversos setores da sociedade, em especial nas universidades, nota-se que a mesma ainda não foi efetivamente implementada. Um exemplo disso, é a ausência da escrita de sinais na alfabetização do sujeito visual. Este artigo pretende discutir de forma simples e objetiva as implicações desta ausência. Usei tanto a metodologia bibliográfica quanto a descritiva para abordar a temática. Espero com isso, alargar os horizontes da discussão sobre a sobre este assunto.

PALAVRAS-CHAVE: Alfabetização. Escrita de sinais. Libras.

1. INTRODUÇÃO

Decorridos 15 anos da promulgação da Lei n. 10.436, que insere a Libras no âmbito acadêmico, ainda nos deparamos com situações nas quais somos interpelados com afirmações de que a mesma se trata de uma “educação especial”, quando não a confundem com o Braille. A Libras, começou a ser pesquisada academicamente na década de 80, século XX, na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). No entanto, o “grande bum” de interesse pela mesma se deu com a aprovação da Lei referenciada acima (BENASSI, 2017).

Percebemos que há uma grande lacuna na concepção da Libras no meio educacional. Primeiramente, devemos entender que a Libras não se inscreve numa modalidade de educação especial e sim, no âmbito das políticas linguísticas. Segundamente, o Atendimento Educacional



Especializado (AEE), para o sujeito visual¹, é antes de tudo, linguístico. Isto posto, convém ressaltar que este atendimento deve ser prestado por profissionais qualificados, ou seja, bilíngues com formação para tal.

A Libras, ao contrário do que se pensa, não é somente a sinalização, tampouco, o ensino voltado para o sujeito visual (*surdo*), é configurado apenas como o ensino de Libras como Primeira Língua (L1) e em Língua Portuguesa como Segunda Língua (L2). Esse princípio tem norteado as principais orientações oficiais para o acolhimento do sujeito visual na dita “escola inclusiva”.

Com isso, os resultados têm sido desanimadores, salvo exceções. Relacionado ao ensino de Libras, o que pode ser constatado no dia-a-dia da formação do acadêmico visual é que o mesmo não recebe conhecimentos linguísticos-científicos-formais da Libras, fazendo com que a informalidade usual da língua de sinais seja perpetuada e, principalmente, seja legitimada também no uso linguístico acadêmico. Relacionado a Língua Portuguesa, a utilização do chamado *Português do surdo*, linguagem escrita deformada que é reconhecida como a forma do sujeito visual escrever sua L2.

2. MATÉRIAS E MÉTODOS

A Libras não é uma língua ágrafa. O primeiro sistema de escrita de sinais foi desenvolvido por Bébian, ainda no século XIX, sob a crença que a mesma podia auxiliar o estudante visual em seu processo de desenvolvido cognitivo, esse fato é comprovado por várias pesquisas recentes. Seu sistema continha um total de 190 caracteres gráficos que representavam os parâmetros constitutivos da língua de sinais.

No Brasil, atualmente, contamos com quatro sistemas de escrita de sinais correntes. O *Sign Writing* (SW), que foi desenvolvido pela norte-americana Valerie Sutton, sistema com mais de 900 caracteres (BENASSI, 2017). O SW chegou no Brasil no ano de 1996, por meio do trabalho da

¹ Termo cunhado pelo pesquisador Anderson Simão Duarte, que designa o sujeito que apreende o mundo e nele se constitui e se expressa por meio da língua de sinais, uma língua caracteristicamente, visual. O sujeito não pode ser separado de sua ideologia linguística, neste aspecto, o ouvinte é assim caracterizado por utilizar ideologicamente uma língua oral auditiva. Segundo o pesquisador, o sujeito visual também deve ser qualificado pelas características linguísticas que apresenta, e não pela ausência da língua oral, a qual remete o termo *surdo* (BENASSI, 2017).

Esta terminologia corrobora com a professora visual Ana Regina e Souza Campello, que em seu livro “Língua Brasileira de Sinais” (2011), utiliza o termo “sinalizante visual”, o que nos traz a ideia de que esta é a característica principal do sujeito usuário da língua de sinais, e não a ausência de audição.



professora visual Marianne Stumpf, no entanto, não tem se fixado pois é considerada densa e pesada em virtude do exacerbado detalhamento da grafia e excesso de caracteres.

A Escrita das Línguas de Sinais (ELiS), desenvolvida a partir de 1997, pela professora Mariângela Estelita de Barros (Universidade Federal de Goiás – UFG). Seu sistema contém apenas 95 caracteres e não é bem aceito em virtude do alto nível de abstração. O terceiro sistema é o Sistema de Escrita de Língua de Sinais (SEL), desenvolvido em 2009, pela professora Adriana Stela Cardoso Lessa de Oliveira (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB), também, um sistema altamente abstrato.

O quarto sistema é a Escrita Visogramada da Língua de Sinais (EVILS) VisoGrafia. O sistema se encontra totalmente estruturado, contando com apenas 38 caracteres. O sistema adota o mesmo princípio de escrita do *Sign Writing*, só que linearmente e admite o princípio da grafia parêmica² advindo da ELiS, ou seja, a grafia da mínima parte da língua de sinais. Com isso conseguimos reduzir os mais de 900 caracteres da escrita já citada para 38 da nossa VisoGrafia.

Figura 01. Visograma atual da VisoGrafia.

1 _a)	.	<		(Móvel – – \ /)
1 _b)	.	∩	∩	(Móvel – \ –)
2)	■	□	▣	(Móvel – ■ □ ▣ ▤)
3)	○	∥	(Móvel – ∥ π)	— L ■
4)	↑	↓	↕	↑ (Móvel – ↑ ↓ → ←
	↗	↖	↘	↙) ↕ (Móvel – ↕ ↔) ∩ ▽
	⊙	⊗	⊕	⊖ ⊙ ⊗ ⊕ ⊖ ⊙ ⊗ ⊕
	↳	(Móvel ↳	↳ ↳	↳ ↳ ↳ ↳

Fonte: Claudio Alves Benassi, 2017.

A metodologia utilizada é a da narrativa bibliográfica comparada a prática educacional. Neste aspecto, utiliza-se pressupostos teóricos dos pesquisadores Câmara Júnior ([1970] 2015), sobre o ensino formal da língua; Gnerre (2009), sobre o aspecto valorativo da sociedade a respeito da escrita; Stumpf (2011), sobre a aprendizagem da escrita de sinais; Barreto e Barreto (2012), a despeito dos benefícios da aprendizagem da escrita de sinais; Leite (2016_a; 2016_b), sobre a

² Termo que se refere a pemea que é considerado a *unidade mínima do plano de expressão das línguas de sinais que não possuem, em si mesmas, significado algum, combinam-se entre si para formar sinalicos morfêmicos ou sinalicos distintivos* (BENASSI, 2017).



formação de professores de escrita de sinais e Benassi (2017), a respeito da história da escrita de sinais, entre outros aspectos.



3. DISCUSSÕES

Ambos os fatos apontados no encerramento do tópico introdutório deste artigo, são deveras perigosos. No primeiro, a linguagem informal do cotidiano é inserida e legitimada nos gêneros que circulam na academia, promovendo e perpetuando a falta de conhecimento linguístico dos professores-formadores. Afirma o linguista francês Ernest Tonnelat, que na escola, o ensino de língua “tem de assentar necessariamente numa regulamentação imperativa” (In. CÂMARA JR. [1970] 2015).

Nota-se que é a língua formal que deve ser ensinada na escola. A língua de sinais não pode fugir a esse pressuposto. Segundo Joaquim Matoso Câmara Júnior ([1970] 2015), “o professor não fala em casa como na aula e muito menos numa conferência. O deputado não fala na rua, ao se encontrar com um amigo, como falaria numa sessão da câmara.” É isso que nós, professores e intérpretes de Libras precisamos entender.

No segundo, a consequência é a manutenção do sujeito visual como um ser sem autonomia linguística em nossa sociedade que é majoritariamente ouvinte e valorizante da cultura escrita, ou seja, grafocêntrica (GNERRE, 2009). O fato do sujeito visual não conseguir apreender e aprender a L2 corretamente, não está relacionado a ausência de audição, mas sim, a ausência da aprendizagem da escrita de língua de sinais. Essa ausência faz com que se forme inúmeras lacunas no cognitivo do sujeito visual, que dificilmente serão preenchidas ao longo de sua vida.

Segundo a professora visual Marianne Stumpf (2011), a aprendizagem da escrita da língua de sinais pode auxiliar o sujeito visual na aprendizagem de outras línguas escritas. Nobre (2011), afirma que a mesma proporciona ao sujeito visual, comunicação escrita fluente, além de instrumentalizar o pensamento e aprofundar a reflexão. Madson Barreto e Raquel Barreto (2012), por sua vez, declaram que a escrita de sinais contribui para a valorização social da língua de sinais.

Infelizmente, a escrita de língua de sinais é ainda desconhecida de uma generosa parcela dos profissionais da língua de sinais no Brasil. Muitos dos que a conhecem a rechaçam em virtude



da dificuldade relacionada a sua aprendizagem. Para termos uma dimensão dessa problemática, basta olharmos para a formação na área da língua de sinais. Muitos profissionais, principalmente os da interpretação, não possuem formação adequada.

No tocante a formação de professores de Libras, segundo o Decreto n. 5.626/05, a formação deve se dar em duas frentes específicas:

- 1) em curso superior de Letras-Libras – Licenciatura ou curso de Letras Língua Portuguesa com Habilitação em Libras, que deve prover docentes para os anos finais do ensino fundamental, médio e superior;
- 2) em curso de Pedagogia Bilíngue (PB) ou Normal Superior cujas línguas de instrução sejam Libras como L1 e Português como L2, que deve formar profissionais para atuarem no ensino infantil e primeiros anos do ensino fundamental.

Os cursos de Letras-Libras – Licenciatura se proliferaram por todo território nacional, tendo em vista que a disciplina de Libras é uma exigência nos cursos de licenciaturas e as grandes universidades, para atender aos dispositivos legais, implementaram número significativo de docentes, fomentando assim a criação de tais cursos. No entanto, os cursos de Pedagogia Bilíngue não apresentaram o mesmo movimento expansivo.

Dentre os primeiros cursos de Pedagogia Bilíngue criados, Leite (2016_a, 2016_b, 2017), analisa a grade curricular dos cursos de PB do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) – campus Aparecida de Goiânia e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC), constatando que não há na grade curricular dos cursos analisados, nenhuma disciplina de escrita de sinais.

Este é um problema gravíssimo, haja vista que os pedagogos são responsáveis pelo processo de alfabetização da criança, no caso do pedagogo bilíngue, da criança visual. Isso implica dizer que o problema relacionado a alfabetização sem o ensino da escrita de sinais, será mantido pois os profissionais formados sob a égide curricular analisada, não terão condições de alfabetizar o estudante visual em escrita de sinais.

Para melhor entendermos a importância da aprendizagem da escrita de sinais pelo acadêmico visual, além dos benefícios aqui já enfatizados, vale ressaltar que Câmara Júnior aponta em seu livro “Estrutura da Língua Portuguesa”: a melhor maneira de alfabetizar é ensinar a ler e escrever na língua materna do estudante ([1970] 2015, p. 21). Assim sendo, porque ainda



insistem em alfabetizar o visual (considerando o processo de ensino da escrita e da leitura), apenas em Língua Portuguesa?



4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inserir a escrita de língua de sinais no processo de ensino-aprendizagem do sujeito visual, é o mais perfeito ato de alteridade, além de conferir ao mesmo a autonomia necessária para que ele possa transitar com maior conforto em nossa sociedade, que além de majoritariamente oral-auditiva, é também grafocêntrica: valoriza a cultura da escrita e o sujeito que escreve. Neste aspecto, a erudição do sujeito se manifesta por meio de seu padrão de escrita.

Obviamente, o contrário da afirmação acima, pode legar ao sujeito que não “escreve bem” o lugar periférico nesta sociedade. Como vimos, a alfabetização do sujeito visual se dá por meio da Libras (sinalizada) e do Português escrito, o que não é suficiente para seu pleno desenvolvimento cognitivo. Conscientizar-se disso é mais que um ato de alteridade, é também um ato de amorização, de não-indiferença.

Para finalizar, volto a insistir na importância da aprendizagem da escrita de língua de sinais, pelos profissionais da área da língua de sinais de demais usuários. Vygotsky ([1984] 2007), afirma que a mesma colabora para a formação das estruturas superiores da mente. Câmara Jr. (*op. cit.*) afirma que é por meio do ensino formal da língua escrita que o estudante estrutura a língua que aprende em casa. Afirma também, que a escrita se sobrepõe a língua falada, pois rege a vida geral e superior do país.

Se quisermos dar autonomia ao nosso aluno visual, precisamos compreender que apenas a Libras como L1 e o Português como L2, não sanará suas demandas linguísticas. Antes de tudo, se constituir com ele na sua alteridade, reconhecer seus valores e compreender suas reais necessidades. Ir exotopicamente ao seu lugar cronotópico, pois é aí que o mesmo se constitui. Após esse trânsito, seremos capazes de entender a necessidade sócio-antropológica do mesmo ter acesso ao mundo letrado por meio da escrita de língua de sinais.

É necessário, além de criar novos cursos de PB e outros de pós-graduação, que possam a curto prazo capacitar os profissionais que já estão atuando no mercado de trabalho, reformular os



currículos dos cursos já existentes para que o equívoco na educação dos visuais, seja corrigido. Vale lembrar Leite (2017) em suas considerações finais:

Torna-se necessário repensar os currículos dos cursos de pedagogia bilíngue existentes, tornando-os alinhados as peculiaridades educacionais da comunidade visual. Além de urgente, essa adequação não pode ser evitada. É preciso também, expandir o número de cursos de pedagogia bilíngue, criando novos cursos, pois não se pode conceber que apenas, colocando um intérprete de Libras em uma sala de aula, as necessidades educacionais dos sujeitos visuais já estarão atendidas.

REFERÊNCIAS

- BARRETO, M.; BARRETO, R. **Escrita de sinais sem mistérios**. Belo Horizonte: Edição do autor, 2012.
- BENASSI, C. A. **O despertar para o outro: entre as escritas de língua de sinais**. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.
- BENASSI, C. A. **VisoGrafia: o problema do material, conteúdo e forma na escrita de sinais**. Painel. IX Mostra da Pós-graduação. Semana Acadêmica UFMT, 2017.
- CÂMARA JÚNIOR, J. M. [1970] **Estrutura da língua portuguesa**. Petrópolis: Vozes, 2015.
- CAMPELLO, A. R. e S. **Língua Brasileira de Sinais**. Indaial: UNIASSELVI, 2011.
- GNERRE, M. **Linguagem, escrita e poder**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.
- LEITE, M. Formação de docentes de Libras para a educação infantil e séries iniciais: a Pedagogia Bilíngue. **Revista Falange Miúda (ReFaMi)**, ano 1, n. 1, jan.-jun., 2016. Disponível em <http://falangemiuda.com.br/index.php/refami/article/view/23>. Consulta em 27 de dez. 2017.
- LEITE, M. Formação de docentes de Libras para a educação infantil e séries iniciais: a Pedagogia numa perspectiva bilíngue. **Revista Diálogos (RevDia)**, v. 4, n. 1, 2016. Disponível em <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/revdia/article/view/3899>. Consulta em 27 de dez. 2017.
- LEITE, M. Pedagogia Bilíngue: tecendo considerações sobre a alfabetização de visuais. **Revista Falange Miúda (ReFaMi)**, ano 2, n. 2, jul.-dez., 2017. Disponível em <http://falangemiuda.com.br/index.php/refami/article/view/157>. Consulta 29 de dezembro de 2017.
- STUMPF, M. **Escrita da Língua Brasileira de Sinais**. Indaial: UNIASSELVI, 2011.
- VIGOTSKY, L. S. [1984] **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

Sobre o autor



Claudio Alves Benassi – Doutorando em Estudos de Linguagens (UFMT). Mestre em Estudos Interdisciplinares de Cultura Contemporânea (UFMT). Formado em música pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Especialista em Língua brasileira de sinais (Libras) pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSELVI). Artista pesquisador e professor da Coordenação de Ensino de Graduação de Letras-Libras – Licenciatura. Professor Auxiliar A. Editor gerente das Revistas Diálogos (RevDia) e Falange Miúda (ReFaMi). E-mail: caobenassi@hotmail.com

ReFaMi

